México, Venezuela e Estados Unidos

Eleições decisivas para a América Latina

(páginas 8 a 10)

Hugo Chávez

Lopez Obrador

A nona

Próxima jornada nacional de formação política da AE acontece de 7 a 15 de julho, em Natal (RN)

*Licio Lobo**

A Articulação de Esquerda, tendência interna do PT, convida a sua militância e os petistas em geral, para a nona edição da sua Jornada Nacional de Formação Politica, que neste ano será realizada na aprazível localidade de Extremoz, na região metropolitana de Natal – Rio Grande do Norte, no período de 7 a 15 de julho.

Como temos feito regularmente desde 2008, esta é mais uma oportunidade de aprofundarmos o estudo das experiências históricas que, cada qual ao seu tempo e à sua maneira, desafiaram-se a "assaltar os céus", como nos fala a crônica da Comuna de Paris, ousando desafiar revolucionariamente os limites da ordem capitalista.

Isto porque a história das lutas dos séculos XIX e XX tem ainda muito a ensinar aos que lutam pelo socialismo em nossos dias, e o balanço politico e teórico destas experiências segue sendo uma necessidade e uma tarefa urgente para uma esquerda que tem os olhos postos no futuro e não abriu mão dos seus objetivos históricos.

E como mirar o futuro supõe ter os pés bem cravados na realidade concreta, vamos procurar compreender e debater também os desafios da hora presente, focando na trajetória do PT, um balanço do Governo Lula e uma análise destes primeiros anos do Governo Dilma.

Isto porque consideramos que a construção de um PT revolucionário, democrático e socialista segue sendo um elemento estratégico para a construção de um Brasil socialista e porque é tarefa dos socialistas do PT lutar para que o exercício do governo federal pelo PT seja capaz de ajudar e impulsionar a luta da classe trabalhadora na feroz disputa de classes que caracteriza a sociedade brasileira desde sempre.

O que nos remete às lutas concretas do povo brasileiro em suas mais variadas expressões e dimensões, pelo que vamos debater a História do Brasil sob a perspectiva destas lutas e também vamos nos dedicar a aprofundar o debate sobre diversas lutas específicas com a militância nelas engajadas.

Assim, estarão na pauta, em momentos próprios, as lutas das mulheres, da juventude e dos movimentos LGBT, sindical, popular-urbano, combate ao racismo, de saúde, agrário e eco-socialista.

A jornada de formação será também um momento impar de vivência, confraternização e troca de experiências entre a militância das diversas regiões do Brasil, distintas trajetórias e espaços de atuação.

Esta dinâmica, que ao mesmo tempo caracteriza a riqueza e a diversidade da composição do PT, aponta para a exigência que se coloca a uma tendência petista como a nossa, de avançar na elaboração, no debate e na formação politica qualificada da sua militância, de modo a disputar mais e mais os rumos do PT, que como recentíssima pesquisa de opinião comprovou, segue contando com a lealdade de classe de imensa parcela das classes trabalhadoras brasileiras.

No box, abaixo seguem orientações para as inscrições e mais informações sobre a organização da jornada.

Até julho, em Natal! ★

***Licio Lobo** é militante do PT Diadema, membro da DNAE

As inscrições deverão ser efetuadas diretamente no sitio do Página13: www.pagina13.org.br

No ato da inscrição, além das informações pessoais, deverá ser efetuada a opção por um dos cursos abaixo:

Curso 1: Estudo das Resoluções da AE: Socialismo - Estratégia -Bloco Histórico - Juventude - Mulheres - História da Luta pelo Socialismo: periodo 1848/1917, Revolução Russa, Revolução Chinesa, Revolução Cubana, Unidade Popular no Chile, periodo atual -História do Brasil, História do PT, História da AE, Governos Lula e Dilma.

Curso 2: Lutas de Massas e Socialismo: Socialismo - Estratégia - Bloco Histórico - Juventude - Mulheres - aulas setoriais especificas (conforme as opções descritas abaixo) - História do Brasil, História do PT, História da AE, Governos Lula e Dilma.

As opções setoriais serão as seguintes, condicionadas à inscrição de pelo menos 15 alunos por curso setorial até 8/6 de no mínimo 15 companheiras e companheiros para a sua viabilização:

a) Mulheres
b) Juventude
c) LGBT
d) Combate ao rascismo
e) Questão Agrária
f) Sindical
g) Questão Ambiental
h) Questão Urbana
i) Saude

Taxa de inscrição: o valor da taxa de inscrição será de R$ 450,00 referente à estadia e alimentação (café da manhã, almoço, jantar).

Local: O local de realização do curso é o Centro Marista de Formação, Rua Raimundo Barros Cavalcante, 522 – CEP 59.575-000, em Extremoz, cidade da região metropolitana de Natal, a 37KM do Aeroporto Augusto Sever.Segue abaixo, link do sitio do local do curso: www.marista.edu.br/hospedagem/2010/07/05/centro-de-formacao-de-extremoz/

EXPEDIENTE

Página 13 é um jornal publicado sob responsabilidade da direção nacional da Articulação de Esquerda, tendência interna do Partido dos Trabalhadores. Circulação interna ao PT. Matérias assinadas não refletem, necessariamente, a posição da tendência.

Direção Nacional da AE: Adilson Nascimento dos Santos (MS), Adriana Miranda (DF), Adriano Oliveira (RS), Aila Marques (CE),Ana Affonso (RS), Ana Lúcia (SE), Ana Rita (ES), Beto Aguiar (RS), Bruno Elias (DF), Bruno Rogens (MA), Carita Rosa das Chagas (PA), Damarci Olivi (MS), Daniela Matos (MG), Denize Silva de Oliveira (MS), Denise Cerqueira Vieira (TO), Dionilso Marcon (RS), Edma Walker (SP), Eduardo Loureiro (GO), Emílio Font (ES), Expedito Solaney (PE), Fabiana Malheiros (ES), Fabiana Rocha (ES), José Gilderlei (RN), Iole Iliada (SP), Iriny Lopes (ES), Isaias Dias (SP), Jandyra Uehara (SP), Janeth Anne de Almeida (SC), Jairo Rocha (MT), Joel Almeida (SE), Laudicéia Schuaba (ES), Leyse Souza Cruz (ES), Lício Lobo (SP), Lúcia[Maria Barroso Vieira] (SE), Marcel Frison (RS), Marcelo Mascarenha (PI), Marco Aurélio (MG), Mario Candido (PR), Múcio Magalhães (PE), Olavo Carneiro (RJ), Pere Petit (PA), Raquel Esteves (PE), Rosana Ramos (DF), Rafael Pops (DF), Rafael Toyama (CE), Regiane Cerminaro (SP), Rubens Alves (MS), Sílvia de Lemos Vasques (RS), Sonia Hypólito (DF), Terezinha Fernandes (MA), Ubiratan Felix (BA) e Valter Pomar (SP). **Comissão de ética nacional:** Eleandra Raquel Koch (RS), Rodrigo César (SP) e Wagner Lino (SP).

Edição: Valter Pomar **Diagramação**: Cláudio Gonzalez (Mtb 28961)
Secretaria Gráfica e Assinaturas: Edma Walker edmawalker@gmail.com

Endereço para correspondência: R. Silveira Martins,147 conj. 11- São Paulo/SP CEP 01019-000

Reformas necessárias: que fazer?

*Wladimir Pomar**

As recentes informações sobre as quedas no ritmo de crescimento da economia e de geração de empregos, assim como as novas tentativas de reativação econômica através do crédito ao consumo e incentivos à indústria automobilística, estimulam a percepção de que esses remédios estão no limite de sua capacidade.

Quaisquer que sejam as origens do baixo ritmo de crescimento da economia e da geração de empregos, isso acabará por rebater negativamente sobre os programas sociais e sobre a correlação das forças políticas. Embora o governo e o PT tenham bandeiras sociais e políticas que interessem às camadas populares e democráticas da população, um tropeço na recuperação econômica pode ser fatal.

Não é por acaso que os neoliberais retomam as criticas. Para eles, a desaceleração seria apenas reflexo da intervenção estatal e da falta de reformas privatistas. Concluem, portanto, que seria hora de repensar o modelo de crescimento e mudar o foco do consumo, abrindo mais oportunidades para o capital privado. Como a temida palavra "privatização" não poderia ser usada, sugerem a melhoria da "regulação", ampliando as concessões na infraestrutura, aumentando a poupança pública, desonerando impostos, e investindo em reformas micro econômicas.

Paralelamente, os países desenvolvidos aumentaram sua pressão sobre os emergentes, inclusive o Brasil, para obter um acordo global de facilitação de comércio, a fim de aumentar suas exportações e sair da crise. Portanto, o neoliberalismo volta a pressionar na economia e ensaia sua ofensiva política. Em tais condições, embora as reformas políticas, o código florestal, a democratização das comunicações, e a CPMI do meliante Cachoeira estejam na dianteira da pauta política do PT e do governo, a conjuntura econômica parece confrontar-se com as condições estruturais que impedem o crescimento e a criação de postos de trabalho. Se isso for verdade, como pensamos que é, tais questões precisam ter um tratamento político que evite termos de ouvir alguém dizer a famosa frase "Foi a economia, estúpido!"

Para enfrentar essa situação é necessário afastar a ideia de que nossos problemas econômicos são decorrência da crise internacional. A crise, que contrai os mercados norte-americano e europeu, afeta as exportações brasileiras de *commodities*. Mas, por outro lado, oferece excedentes de capitais e dá visibilidade a novos e grandes mercados domésticos na Ásia, África e América Latina, cujo aproveitamento depende da superação de preconceitos, de certa dose de audácia, pesquisas de mercado, e muito empreendedorismo.

Além disso, ao tratar do tema da desindustrialização, não se pode aceitar o argumento de que ela não se restringe à economia brasileira ou às economias periféricas, sendo também relevante nas economias centrais, em particular na americana. É necessário distinguir a natureza estrutural da desindustrialização americana, da natureza conjuntural da desindustrialização brasileira. A desindustrialização do capitalismo central tem sido, na verdade, o principal fator de industrialização dos países emergentes, com exceção daqueles que seguiram os ditames neoliberais. Confundir os dois processos, como se fossem da mesma natureza, pode nos levar a erros sérios.

Portanto, tornou-se estratégico tratar, como problema estrutural, a cadeia de questões relacionadas com a industrialização brasileira. O que inclui juros, câmbio, tributos, créditos, investimentos, utilização de diferentes tipos de capitais, adensamento das cadeias produtivas, intensificação da competição interna, elevação das taxas de emprego, fortalecimento do mercado interno, elevação da produtividade, uso de novas e altas tecnologias, inovação, e elevação da competitividade internacional.

Alguém pode supor que faltam nessa lista a defesa comercial e a proteção da indústria nacional, o que é verdade. Porque esses itens, no mundo atual, só conseguem ser efetivos através da elevação da produtividade e da inovação científica e tecnológica. Medidas defensivas, que mantenham o *status quo* produtivo, são de efeito restrito de curtíssimo prazo, logo depois agravando o atraso.

Rebaixamento dos juros, controle do câmbio, tributação progressiva e créditos democratizados são medidas que demandam apoio social e político consistente, porque mexem com interesses do sistema oligopólico financeiro, industrial, agrário e comercial. Em certa medida, dependem da mobilização não só dos trabalhadores e demais camadas populares da população, mas também dos setores pequenos e médios da burguesia, que só se movem se sentirem que o governo realmente opera na redução dos tributos diretos, indiretos e ocultos que incidem sobre seus negócios, na democratização do capital, e na facilitação de créditos de custeio e de investimentos.

Nesse sentido, é fundamental que a abordagem dos investimentos seja diametralmente oposta à abordagem neoliberal e mesmo liberal. Não se trata só de elevar os investimentos de 25% a 30% do PIB. Trata-se de formular uma política de industrialização que adense as cadeias produtivas e amplie o conteúdo local, evitando os males

Os senhores da direita morrem de medo das reformas. A esquerda se disporá a fazê-las?

do padrão de concorrência intercapitalista fundado na fragmentação das cadeias produtivas. Tal adensamento deve privilegiar os setores industriais chaves para a industrialização nacional. Portanto, não devem ficar restritos ao adensamento das cadeias nos eixos de expansão recente, como os setores produtores de bens de consumo de massa, infraestrutura econômica e social, e atividades fundadas em recursos naturais.

É necessário introduzir mudanças tanto na atual matriz industrial, quanto na estrutura empresarial altamente concentrada e centralizada, em especial por multinacionais estrangeiras. O Brasil possui uma indústria de bens de consumo de massa, inclusive de bens duráveis, relativamente desenvolvida. Mas ela não é capaz de sustentar um aumento de consumo além de 3% a 4% do PIB, em virtude de sua oligopolização e de sua prática de altos preços administrados. A experiência recente da pressão inflacionária causada pelo descompasso entre a elevação do poder de compra de camadas pobres da população e a oferta desses bens foi uma amostra clara dessa situação.

Além disso, o Brasil possui uma indústria de equipamentos para a produção de bens de consumo pouco desenvolvida, em parte também oligopolizada por multinacionais estrangeiras, e uma indústria de produção de máquinas ferramentas muito pouco desenvolvida. Por serem os setores que expressam a incorporação das ciências e tecnologias como forças produtivas, qualquer política brasileira de crescimento e de adensamento das cadeias produtivas será altamente dependente de equipamentos e máquinas que não produzimos.

Portanto, a política de investimentos, para ter como meta uma redução real da dependência de máquinas e equipamentos de última geração, precisará contemplar com prioridade o adensamento das cadeias de produção de máquinas ferramentas e de equipamentos, que incorporem os avanços tecnológicos em novos materiais, eletrônica, automatismo e nanotecnologia.

Em contraposição, essa questão nos obriga a levar em conta que a incorporação de tecnologias nos processos produtivos, para a elevação da produtividade, reduz o trabalho vivo, entrando em contradição com a necessidade de gerar novos postos de trabalho, reduzir ao máximo o desemprego, e fortalecer o mercado interno. O que torna ainda mais indispensável a reforma estrutural na concentração e centralização do capital existente no Brasil.

Parque industrial de Camaçari (BA)

É necessário introduzir mudanças tanto na atual matriz industrial, quanto na estrutura empresarial altamente concentrada e centralizada, em especial por multinacionais estrangeiras

Apenas para exemplo, mais de 70% do valor dos recursos do BNDES são canalizados para projetos de algumas grandes empresas que, a rigor, deveriam girar com recursos financeiros privados, enquanto os quase 30% restantes se dirigem para o capital de giro de médias e pequenas empresas. Esses 30% são um dos motivos da grita dos neoliberais. O "ativismo estatal" impede que todos os recursos públicos se destinem aos projetos das grandes corporações, obrigando-as a empregar parte dos capitais que deixam rendendo na especulação financeira.

Assim, se quisermos combinar industrialização nacional com geração de empregos, será necessário que o BNDES e os demais bancos e sistemas públicos de fomento direcionem a maior parte de seus recursos para pequenas e médias empresas inovadoras em ciência e tecnologia, assim como para indústrias intensivas em trabalho. Em outras palavras, é necessário trabalhar com políticas diferenciadas, não só para intensificar a concorrência que rompa com os oligopólios, mas também para manter elevado o ritmo de emprego.

Também é fundamental superar a falta de clareza na atração de investimentos estrangeiros, atendendo três requisitos básicos. Primeiro, que eles sejam direcionados para os elos de adensamento prioritário. Segundo, que sejam pressionados a virem acompanhados de altas e novas tecnologias. Terceiro, que sejam induzidos a associar-se com empresas brasileiras, especialmente médias, que possam assimilar as tecnologias e, mais adiante, consigam independência e caminhem com os próprios pés, conformando um setor verdadeiramente nacional da indústria instalada no Brasil.

Nesse sentido, será necessário repensar as áreas estratégicas que só interessam às empresas privadas se forem financiadas e garantidas pelo Estado, com risco mínimo. Essas áreas exigem altos investimentos e são de maturação e retorno demorado, como é o caso das obras e operações de infraestrutura. Em tais casos, mesmo que o Estado ofereça incentivos apropriados, a terceirização para empresas privadas só deveria se justificar no caso delas aplicarem capitais próprios. Em caso contrário, pode ser mais econômico para as finanças públicas que empresas estatais assumam os projetos.

Pensando bem, as reformas que o Brasil necessita neste momento rompem com os limites conjunturais e nos colocam diante de desafios estruturais. Que fazer? ★

***Wladimir Pomar** é jornalista e escritor

Quantos lados tem a Comissão Nacional da Verdade?

*Pedro Estevam da Rocha Pomar**

Instalada a Comissão Nacional da Verdade (CNV) em 16 de maio, tiveram início seus trabalhos. As primeiras declarações de alguns de seus membros soam lúgubres, ao admitir investigação dos "dois lados". Ao mesmo tempo, a extrema-direita militar reage criando uma "comissão paralela" no Clube Naval, sem que o Ministério da Defesa tome medidas punitivas. Para entender esse quadro, vale a pena analisar a cerimônia de posse dos membros da CNV.

Tudo se passou como se as vítimas da Ditadura Militar tivessem de pedir desculpas aos militares pela criação e instalação da CNV. Tudo se deu sob a égide da "(re)conciliação nacional", bordão tão útil ao conservadorismo brasileiro sempre que pretende obter consenso para suas próprias propostas e arranjos. Tudo, enfim, guardou coerência com a trajetória da CNV, desde que o projeto de lei foi formatado em comum acordo com os chefes das Forças Armadas, de modo a atender-lhes as conveniências e receios, tramitando depois a galope no Congresso Nacional, sem incorporar uma única emenda, sequer, das apresentadas pelos familiares das vítimas e pela esquerda em geral.

Sob a alegação de que se trata de uma comissão "de Estado e não de governo", foram convidados à posse e a ela compareceram os ex-presidentes Sarney, Collor e FHC. Sarney, o homem da Arena, partido de sustentação da Ditadura Militar, ele próprio beneficiário das benesses concedidas pelo regime às oligarquias regionais. Collor, ex-prefeito biônico de Maceió, que Brizola apelidou de "filhote da Ditadura", retirado da presidência por *impeachment*. FHC, que usou os tanques do Exército para reprimir a greve dos petroleiros em 1995 e que nunca tomou qualquer medida para punir os crimes do período ditatorial. Eis aí simbolicamente, já na posse da CNV, a "reconciliação nacional" prevista na lei que a criou como uma de suas finalidades!

É verdade que, na cerimônia, a presidenta se emocionou ao relembrar os horrores da Ditadura Militar: "O Brasil merece a verdade, as novas gerações merecem a verdade, e, sobretudo, merecem a verdade factual aqueles que perderam amigos e parentes e que continuam sofrendo como se eles morressem de novo e sempre a cada dia", disse Dilma Rousseff. Mas é fato também que ela delineou claramente os limites desejados para os trabalhos da CNV: "Ao instalar a Comissão da Verdade não nos move o revanchismo, o ódio ou o desejo de reescrever a história de uma forma diferente do que aconteceu. Nos move a necessidade imperiosa de conhecer a verdade em sua plenitude, sem ocultamento". Nada de punições, em suma.

A maior parte desse "grupo plural, sensato e ponderado" defende, coincidentemente, a Lei da Anistia e portanto a impunidade dos torturadores, na mesma linha do Supremo Tribunal Federal

Sintomática e reveladora desse afã de justificar a toda hora a existência da CNV (e pedir desculpas) é a necessidade, inédita até aqui, de proclamar que "não nos move... o desejo de reescrever a história de uma forma diferente do que aconteceu". Devemos então abrir mão até mesmo da vontade de reescrever a história, apesar de saber que ainda prevalece a versão dos militares? Essa afirmação é pior do que a posição manifesta por Nilmário Miranda, que foi secretário de Direitos Humanos no governo Lula, para quem o grande objetivo da CNV é produzir cartilhas escolares que revelem os crimes da Ditadura Militar.

Pluralidade?

A composição da CNV reitera não apenas o pacto com os chefes militares, mas também a parceria com o PSDB que remonta à tramitação do projeto de lei no Senado, quando a relatoria foi entregue pelo governo ao senador Aloysio Nunes (PSDB-SP). Por isso Dilma nomeou José Carlos Dias, ex-ministro da Justiça, e Paulo Sérgio Pinheiro, ex-secretário dessa pasta. É possível que Gilson Dipp, ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), também tenha entrado na conta dos tucanos.

"Escolhi um grupo plural de cidadãos e cidadãs de reconhecida competência, sensatos e ponderados, preocupados com a justiça e o equilíbrio, e acima de tudo, capazes de entender a dimensão do trabalho que vão executar", declarou Dilma. Ocorre que a maior parte desse "grupo plural" sensato e ponderado defende, coincidentemente, a Lei da Anistia e portanto a impunidade dos torturadores, na mesma linha do Supremo Tribunal Federal. Dias, Dipp e também Cláudio Fonteles, ex-procurador geral da República, e José Paulo Cavalcante, advogado, todos juristas portanto, simplesmente passam por cima da decisão da Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), que em 2010, ao julgar o caso dos guerrilheiros desaparecidos do Araguaia, declarou nula a autoanistia de 1979. O mesmo faz o cientista político e diplomata Pinheiro.

O resultado imediato dessa soma de "pluralidade" e "ponderação" é que tanto Dipp quanto Dias, antes mesmo de tomar posse, passaram a defender que sejam investigados "os dois lados", vale dizer, que a CNV também apure supostos crimes cometidos pela esquerda contra a Ditadura Militar, antigo mantra da extrema-direita fardada. Parece absurdo, mas é uma decorrência lógica do caminho tortuoso que o governo optou por trilhar nesse caso. A repercussão negativa foi grande, tanto que Pinheiro e outros membros

da Comissão sairam a público atacar a "bobagem" que seria investigar a esquerda.

A ala esquerda minoritária, formada pela advogada Rosa Cardoso e por Maria Rita Khel, foi mais incisiva na crítica a esse cínico desvio de finalidade. Mas Dipp vem insistindo na "bobagem", o que não impediu que se tornasse o primeiro coordenador da CNV. A coordenação será exercida em sistema de rodízio, porém é nesta fase inicial que se tomarão decisões cruciais, tais o regulamento da Comissão, o foco temporal dos trabalhos (se 1964-1985 ou, como quer a lei, 1946-1988) e o foco político: investigar os crimes da Ditadura Militar ou "os dois lados", selecionar os principais casos.

Os movimentos da ala majoritária da CNV têm sofrido duras críticas da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos e também de intelectuais como Daniel Aarão Reis, Frei Betto, Vladimir Safatle, Deisy Ventura e outros. O Comitê Paulista pela Memória, Verdade e Justiça protocolou no Gabinete Regional da Presidência da República, em 25/5, pedido a Dilma para que revogue a nomeação de Gilson Dipp. O ministro do STJ atuou como perito na CIDH, em nome do Estado brasileiro, contra os familiares dos guerrilheiros do Araguaia. Não possui, portanto, a isenção requerida, nos moldes da própria lei que criou a Comissão. ★

*Pedro Pomar é jornalista e militante do PT

O jornalismo fardado de Marcello Neto e sua "guerra nojenta" contra a história

Pedro Estevam da Rocha Pomar

"Na minha opinião, foi bom para o país que os militares tenham vencido aquela guerra suja dos anos 1970. O Brasil hoje é melhor do que seria se nós — o outro lado — os tivéssemos derrotado".

Esta "opinião" é do jornalista Marcelo Netto, um dos autores do livro *Memórias de uma Guerra Suja* (Topbooks, 2012), que contém o depoimento-bomba de Cláudio Guerra, ex-delegado do DOPS-ES e assassino confesso. A publicação do livro, que tem no conhecido jornalista Rogério Medeiros outro co-autor, é importante e proveitosa, porque fornece novos subsídios para a investigação das atrocidades cometidas pela Ditadura Militar, no momento mesmo em que se cria a Comissão Nacional da Verdade (ainda que nascida numa *camisa-de-força*). Guerra foi um agente da repressão, atuou em vários Estados, possui informações valiosas sobre o terrorismo de Estado. Portanto, temos de separar a utilidade do livro, de um lado, e a "Apresentação" assinada por Netto de outro lado.

Netto integrou um grupo armado de esquerda ("Planejei o assassinato de pessoas. Fui um ambicioso projeto de criminoso político", "Apresentação", p. 20) e foi preso no final de 1972, saindo da cadeia 13 meses depois. "Muita gente viveu e sabe como foram, de verdade, aqueles tempos. Do nosso lado muitos tiram proveito pessoal ainda hoje, de maneira absurda, se promovendo, se aproveitando e construindo o seu ganha-pão, imerecidamente. Talvez a maioria não saiba como foi. Tenho vergonha, também, de algumas 'corajosas' verbalizações de revanchismo", diz ele (p. 19), sem identificar aqueles que, no seu entender, estariam "se promovendo, se aproveitando e construindo o seu ganha-pão, imerecidamente"... Também não cita os autores das "verbalizações de revanchismo". Faltou-lhe a coragem para nomear uns e outros?

O jornalista concede que não eram necessários "tantos crimes bárbaros, tanta violência, tanta tortura, tanta gente morta" (p. 19). "É feio para um militar de carreira torturar e matar um inimigo já preso e desprotegido. É indigno" (p. 21). Mas esses desacertos, ao que parece, a seu

ver não comprometeram a obra da Ditadura Militar: "Os militares não devem ter medo de conviver com os erros de um passado que acabou levando, por caminhos tortos, a um Brasil melhor", insiste, disposto a travar uma guerra particular contra a verdade dos fatos. "Aquilo foi uma guerra nojenta. Inteligente será aprender com as indignidades cometidas. Os esquerdistas, que se locupletam arrotando atos heróicos que nunca praticaram, deveriam botar a viola no saco e ir trabalhar. Os militares estão ajudando mais o país do que eles" (p. 22).

Oligarcas da mídia

À parte as ofensas aos que supostamente "se locupletam arrotando atos heróicos" (como fazer acusação tão grave sem nomeá-los?), Netto atropela a história no afã de bajular os militares. A Ditadura Militar ensanguentou o país com assassinatos e seqüestros, torturou milhares de brasileiros e exilou outros tantos, criou um Estado militar com 1 milhão de informantes, cerceou liberdades democráticas, perseguiu sindicalistas, estudantes e artistas, extinguiu direitos históricos dos trabalhadores, fraturou a economia nacional ao permitir a invasão de grupos multinacionais, deu asas à corrupção que prometera combater. Ainda hoje as Forças Armadas procuram tutelar a sociedade civil, impondo limites às investigações das atrocidades cometidas durante a Ditadura Militar.

O mesmo Marcelo Netto que celebra a vitória dos generais derrama-se em elogios aos oligarcas da mídia nacional, citados no depoimento de Guerra (que acusa Roberto Marinho de haver forjado um atentado): "As Organizações Globo são empresas sérias, não precisam, não querem e, provavelmente, não vão gostar dessa minha defesa. A maior parte de minha carreira profissional se desenvolveu lá. Exerci vários cargos de confiança (...) nunca recebi qualquer orientação fora da ética jornalística. (...) Vou morrer com saudade dos almoços no 5º andar da rua Lopes Quintas, no gabinete do dr. Roberto, das conversas a três com o advogado e conselheiro Jorge Serpa" (p. 22-23). "O dr. Roberto Marinho era um homem sério, assim como seus filhos. E construiram um patrimônio do qual o Brasil deve se vangloriar. Do mesmo modo temos que nos orgulhar do jornal *Folha de S. Paulo*, que não quer, não precisa nem vai gostar do que Guerra diz aqui. É também uma empresa séria, que revolucionou o jornalismo brasileiro" (p. 23).

Portanto, esse jornalista que abomina os métodos da esquerda armada e que rejeita o "revanchismo" é o mesmo que recomenda aos leitores brasileiros que se orgulhem do "patrimônio" do clã Marinho e do jornal da família Frias, "empresas sérias". Ora, de um profissional que exerceu cargos importantes na mídia brasileira (chegou a presidir a Radiobrás), e assessorou o então ministro Antonio Palocci, da Fazenda, não é razoável aceitar que desconheça a trajetória política de tais grupos econômicos, ambos cúmplices da Ditadura Militar. Mais do que a *Folha*, que alguns anos atrás patenteou a expressão burlesca *Ditabranda*, as Organizações Globo foram promotoras do golpe militar, beneficiárias em alto grau do regime implantado em 1964 e um de seus maiores sustentáculos. É deste "patrimônio" que Netto quer que o Brasil se vanglorie.

Marcelo Netto declarou uma "guerra nojenta" à história brasileira. Optou por insultar os perdedores e incensar os vitoriosos de ontem e de hoje. Tudo que consegue, porém, é provocar repulsa. ★

México e Venezuela

Max Altman*

Duas importantes eleições presidenciais estão previstas para o segundo semestre deste ano e que poderão ditar os rumos político e estratégico da América Latina. Em 1º de julho, o povo do México irá decidir em um único turno quem será seu presidente com um mandato de seis anos. Já em 7 de outubro será a vez do povo venezuelano escolher também em turno único seu presidente para um mandato igualmente de seis anos.

São candidatos à presidência do México: Enrique Peña Nieto pelo Partido Revolucionário Institucional; Andrés Manuel Lopez Obrador pelo Movimento Progressista, reunindo o Partido da Revolução Democrática, o Partido do Trabalho e o Movimento Cidadão; Josefina Vázquez Mota pelo Partido Ação Nacional; Gabriel Quadri de La Torre pelo Partido Nova Aliança.

As últimas pesquisas de opinião dão ao candidato do PRI, Peña Nieto, 49,1%; a López Obrador do PRD, 20,9%; a Josefina Mota do PAN, 19,4% e a Gabriel Quadri, 1,4% .

O PRD, o principal partido de esquerda do México, propôs nesta campanha a formação de uma frente ampla, chamada de Movimento Progressista, aglutinando os partidos de esquerda e organizações sociais progressistas. Lembre-se que no pleito presidencial de 2006, López Obrador chegou , pelos dados oficiais, muito perto do ganhador Felipe Calderón do PAN. Contestou os resultados, alegou fraude, reagiu reunindo multidões e afirmou-se o presidente legítimo. Tradicionalmente, sempre houve indícios de fraude sempre que a esquerda mostrou chances de vencer eleição. Demorou semanas para que o órgão eleitoral pronunciasse o vencedor. Ressalte-se também que o PRD chegou ao pleito com divergências internas que opunham principalmente o candidato ao ex-presidente do partido Cuauhtémoc Cárdenas.

O principal candidato da direita, Peña Nieto, representa a direita conservadora tradicional do México enquistada no PRI, símbolo do autoritarismo e também da corrupção, que governou o país com mão de ferro por mais de 70 anos que o escritor Vargas Llosa chamou de "a ditadura perfeita". Diz que aprendeu com os erros do passado e não os irá repetir.

O PAN da candidata Josefina Mota e do atual presidente Felipe Calderón representa a direita "moderna". O governo Calderón é bastante mal avaliado pela população e fosse qual fosse o candidato do partido teria pouquíssimas chances de vitória.

Andrés Manuel Lopez Obrador

Aparentemente, a pouco mais de um mês, as preferenciais eleitorais estão consolidadas a ponto dos analistas locais considerarem que "este arroz já está cozido". No entanto, López Obrador que estava em terceiro avançou nas últimas semanas e Peña Nieto recuou alguns poucos pontos, o mesmo ocorrendo com Josefina Mota

López Obrador tem centrado o ataque a Peña Nieto mencionando o passado autoritário do PRI, à corrupção que amparou o priismo, a sua escassa consistência ideológica e aos dissimulados pactos entre o PRI e o narco nos anos 80 e 90. "A volta do PRI ao poder significa a entrada de investimentos privados na Petróleos Mexicanos (Pemex)", tem afirmado Obrador.

Um dos temas centrais da campanha e que afeta diretamente a população é o da segurança. Obrador opõe-se frontalmente a Peña Nieto e Vázquez Mota defendendo que se abandone a estratégia de luta adotada contra o narcotráfico. Para melhorar o país, deter a violência e devolver a tranqüilidade só com soldados, submarinos, cárceres, ameaças, leis mais severas não vai funcionar."

O candidato do PRD se apresenta como o grande defensor da propriedade estatal dos recursos petroleiros, expropriados em 1938 por Lázaro Cárdenas. Por outro lado, buscará assim mesmo convencer o eleitorado de que mudou, que já não é "o voluntarista" de 2006, mas que agora defende um discurso mais moderado.

Vázquez Mota se apresentará como uma mulher forte, com caráter e a única capaz de parar Peña Nieto sem cair nas "tentações populistas" de Obrador**.** Como continuadora dos governos de Vicente Fox e Felipe Calderón, ela se esforça por mostrar que não é mais do mesmo.

Quanto aos principais pontos do programa de governo proposto, Peña Nieto, defensor do neoliberalismo, promete manter a estabilidade macroeconômica e fortalecer as instituições reguladoras; manter o exército em tarefas de segurança; criação do Sistema de Seguridade Social Universal; combater a pobreza alimentaria; estimular a conservação dos bosques que denominou "fábrica de água".

Lopez Obrador propõe um crescimento acelerado com a participação conjunta dos setores público, privado e social a fim de gerar fontes de trabalho; limpar e moralizar os corpos policiais e iniciar a gradual retirado do exército das ruas; garantir a todos os jovens um lugar nas universidades públicas e implementar políticas que garantam o primeiro emprego; não privatizar a Pemex, baixar o preço da gasolina e demais combustíveis para incentivar as pequenas em médias empresas.

Josefina Mota prega a inversão privada e aumento da produtividade; criação de uma polícia nacional com disciplina militar; dotar de contas bancárias a jovens de escassos recursos; modernizar a indústria opetrolífera em que a inversão privada seja igual à inversão pública.

Porém, o tema em que há uma divergência diametral entre os candidatos Peña e Mota de um lado e Obrador de outro é a política externa. Os dois afirmam se alinhar com os Estados Unidos tanto nas questões internacionais quanto na manutenção do Nafta e parceria na política de combate ao narcotráfico. Obrador quer o México mais soberano nas questões internacionais centrais, voltado para os demais países latino-americanos e exigindo uma postura humanitária no trato dos imigrantes indocumentados e que os Estados Unidos assumam suas responsabilidades no combate ao narcotráfico.

A natureza das eleições na Venezuela, por sua vez, é completamente distinta. Ocorre num momento crucial para o desenvolvimento do processo revolucionário socialista bolivariano. Desde a primeira eleição de Hugo Chávez em 1998, em especial depois da aprovação em referendo da nova Constituição votada pela Assembleia Constituinte de então, o país enveredou por um processo de transformações naquela altura sem uma caracterização definida. O Golpe de Estado de abril de 2002, abortado em 48 horas, em virtude da reação das massas que saíram às ruas para exigir o retorno de Chávez e em especial, a paralização e a sabotagem petroleira organizada pela direção da PDVSA, apoiada pela grande imprensa e pela oligarquia, com o fim de desestabilizar e derrocar o governo bolivariano, provocaram uma dura e estrita polarização política.

A partir de então Chávez, por meio de programas sociais, começa a ampliar sua base social, ainda que sem uma base política organizada. Vence em 2004 o referendo revogatório que a oposição golpista queria que fosse o instrumento legal para a sua deposição. A direita, apoiada na grande mídia nacional e internacional alega fraude, mas é derrotada. Em 2005, a oposição, pretextando desconfiança no processo e na justiça eleitoral, desiste de participar das eleições legislativas, buscando deslegitimar o governo e suas instituições.Em 2006 Chávez é reeleito presidente com uma folgada margem.

Nesse momento, começa a se consolidar o processo revolucionário socialista bolivariano. Apoiado pelas camadas mais pobres da população, que abraçou os múltiplos programas sociais na área da saúde, educação e habitação principalmente, estrutura-se o Partido Socialista Unificado da Venezuela (PSVU) de sustentação da revolução. Chávez e as demais lideranças passam a defender o caráter socialista do processo revolucionário que mantém suas características próprias, consubstanciadas no chamado bolivarianismo. Ao mesmo tempo, depois de um período de recessão, a economia cresce com taxas robustas, apoiada fortemente na renda petrolífera mas também em avanços substanciais em outros setores. O preço do petróleo em alta permitiu à Pdvsa estender seus ingressos em favor do amplo espectro de programas sociais, da seguridade alimentar ao plano de habitação popular.

Hugo Chávez

Sem avaliar devidamente o grau de consciência ideológica da população e a correlação de forças, o governo Chávez sofreu sua primeira e única derrota no referendo de 2007 que pretendia alterar vários artigos da Constituição com o fim de alicerçar o avanço em direção ao socialismo. A pesada lição serviu para reavaliar o processo e partir para a consolidação das políticas sociais, com resultados atuais alentadores, para reforçar o PSVU e para incrementar a economia. Restam pesados obstáculos a superar: o alto índice de criminalidade e marginalidade, a corrupção, um mal tradicional que se enraizou em décadas de dependência exclusiva do petróleo e se estendeu por toda a sociedade, taxas inflacionárias ainda excessivas, produção agropecuária insuficiente e industrialização de ainda pouca amplitude.

Quando se diz que as eleições presidenciais da Venezuela são cruciais para o futuro da Venezuela e dos forças progressistas e de esquerda na América Latina é porque seu resultado pode significar um avanço em direção ao socialismo ou o regresso paulatino ao status quo anterior capitalista em alguns países, a consolidação das forças populares, de esquerda e progressistas ou o recuo ao período sombrio do neoliberalismo em outros.

As mais diversas pesquisas dão uma vantagem entre 20 e 30 pontos percentuais de Hugo Chávez do Gran Polo Patriotico (PSUV, Partido Comunista e setores do Patria para Todos e Podemos)sobre o seu único oponente de direita, Henrique Capriles Radonski da MUD (Mesa de Unidade Democrática). A pouco mais de 4 meses do pleito tudo leva a crer que a diferença irá se sustentar e até se ampliar. O fracasso nas pesquisas eleitorais pode desencadear atitudes violentas por parte de setores da direita, estimulados diretamente por Washington. O Bank of America Merryll Linch chegou a afirmar que “o alto nível de apoio eleitoral que tem Chávez restringe as possibilidades de mudança e torna improvável um triunfo opositor nas eleições de 7 de outubro. Isto significa que Chávez e a revolução socialista bolivariana estão a enfrentar agudamente o império, a burguesia local e seus aliados internacionais, a mídia privada local e internacional, que concatenados podem se dispor a tudo para evitar ou deslegitimar uma consagradora vitória de Chávez e da revolução socialista.

Finalmente, há um outro fator a considerar. O presidente Chávez está acometido de grave doença e luta denodadamente para superá-la. Seu papel em todo o processo é rigorosamente fundamental e sua liderança política e popular indispensável ao avanço das conquistas sociais. Contudo, concomitantemente, a dinâmica do processo vai revelando novas lideranças que no futuro darão prosseguimento a essa histórica revolução. É o caso de Nicolás Maduro, ministro do Exterior; Elias Jaua, vice-presidente executivo; Rafael Ramirez, ministro de Energia e Minas e presidente da Pdvsa, Adam Chávez, governador do Estado de Barinas, Diosdado Cabello, presidente da Assembleia Nacional, Jorge Rodrigues, prefeito de Caracas e chefe do comando de Campanha de Chávez. ★

***Max Altman** integra o coletivo da Secretaria de Relações Internacionais do PT

O que está em jogo na disputa entre Obama e Romney?

Breno Altman*

Obama teve a chance de ser um Abraham Lincoln (1861-1865). Se essa fosse uma opção demasiadamente ousada, poderia ser um Franklin Roosevelt (1933-1945). A essa altura, muitos de seus antigos e frustrados apoiadores têm dúvidas se ele chegará a ser, no balanço da história, um Jimmy Carter (1977-1980), o medíocre democrata que perdeu a reeleição para Reagan

Há processos políticos nos quais a mudança encarna amplas possibilidades positivas e alimenta alternativa capaz de mobilizar multidões. Noutros momentos históricos, porém, a aposta mais avançada se resume a evitar o pior. Esse parece ser o cenário eleitoral dos Estados Unidos. Se Barak Obama ganhar um novo mandato, em novembro, provavelmente tudo deverá continuar como está. Mas se o republicano Mitt Romney for o vitorioso, o país pode mergulhar em uma reviravolta conservadora de proporções inéditas.

Nos últimos vinte anos, por diversos fatores, a histórica bipolaridade entre democratas e republicanos sofreu importantes mutações. Ampliou-se a distância entre os dois principais partidos norte-americanos, na medida em que os fossos sociais também se alargaram, a hegemonia planetária se enfraqueceu, a economia perdeu pujança e os fluxos demográficos reduziram o peso da classe média branca e de olhos azuis.

Os republicanos, principal vetor da implantação do modelo neoliberal desde o governo de Ronald Reagan (1981-1988), transformaram-se definitivamente no partido do complexo bélico-industrial, dos grandes bancos e da indústria petroleira, em um ciclo de concentração de renda jamais experimentado. A combinação entre expansão das guerras de conquista, redução dos impostos para os mais ricos e desregulamentação do capital financeiro promoveu um período de bonança incrível no topo da pirâmide. Às custas da restrição dos direitos sociais, dos serviços públicos e da renda dos andares abaixo.

A reversão da expectativa de prosperidade inesgotável, eixo do imaginário dos Estados Unidos desde a independência, trouxe também profundas consequências politico-culturais. Para preservar sua base social e eleitoral, também afetada pela política econômica pós-Reagan, os republicanos adotaram um novo tipo de discurso conservador. O portfólio desta catilinária agrupa chauvinismo, fundamentalismo religioso, ódio aos imigrantes e exaltação extrema das soluções individuais. Enfim, uma fórmula que permitisse identificar a culpa da corrosão social nas ameaças internacionais, nos inimigos dos valores cristãos, nos imigrantes e na existência de um Estado regulador.

Esse programa fundamentalista, acelerado a partir do governo de George W. Bush e dos ataques terroristas em setembro de 2001, encontrou audiência especialmente entre os brancos de média e alta renda, das cidades pequenas e médias, dos estados mais ao sul e ao oeste, que foram convencidos a atribuir seu medo de decadência aos imigrantes e aos direitos civis sustentados pelos impostos pagos ao Estado.

Apesar de uma fatia grande dos democratas acompanhar a valsa republicana, deslocando seus pontos de vista no rumo da mesma clientela conservadora, outra fração passou a confrontar os interesses e valores representados pelo partido adversário. Quando Barak Obama sagrou-se vencedor nas prévias de 2008, contra Hillary Clinton, esse bloco mais progressista aprofundou o nível de enfrentamento político e liberou energias sociais adormecidas desde os movimentos contra a guerra e a descriminação racial dos anos sessenta.

Obama, negro e de origem africana, trouxe de volta à cena política, na sua campanha para presidente, expressivas parcelas da juventude, das minorias étnicas e dos trabalhadores que antes respondiam, à simbiose entre democratas e republicanos, com o abstencionismo eleitoral. Ao fazê-lo, pode derrotar McCain, o candidato do outro lado, com uma vantagem de 53 a 47% nos votos populares, cerca de dez milhões de eleitores.

Mas tudo que é insólito se desmancha no ar. Obama tinha dois caminhos a seguir, depois de empossado. Um deles o levaria, apoiado nessas novas forças políticas, a defender seu programa contra a guerra, a favor da reconstrução do Estado de bem estar, pela taxação maior aos mais ricos, a regulamentação do capital financeiro e a legalização dos imigrantes. Outra trilha o conduziria a moderar ou abdicar de seus compromissos eleitorais, como pré-condição para uma recomposição com as correntes mais à direita de seu partido e um diálogo com os republicanos menos agressivos. Ao escolher Hillary Clinton para a Secretaria de Estado, o primeiro presidente negro dos Estados Unidos acenava por qual senda tinha se decidido.

Obama teve a chance de ser um Abraham Lincoln (1861-1865), o líder da guerra contra a escravidão. Se essa fosse uma opção demasiadamente ousada, poderia ser um Franklin Roosevelt (1933-1945), o presidente que tirou o país da recessão apostando na ampliação do mercado interno e dos direitos sociais. A essa altura, muitos de seus antigos e frustrados apoiadores têm dúvidas se ele chegará a ser, no balanço da história, um Jimmy Carter (1977-1980), o medíocre democrata que perdeu a reeleição para Reagan. O fato é que, capturado pelas amarras das elites norte-americanas, Obama rendeu-se ao andar de cima.

Mas tudo poderá ser muito pior no caso de Romney vencer, particularmente para o resto do mundo. Se Obama não descartou a lógica imperialista e rentista, ao menos a desacelerou. O candidato republicano, homem profundamente conectado a Wall Street e à indústria militar, faz dessa lógica e sua radicalização o eixo para um novo ciclo de riqueza. Mais do mesmo, infelizmente, é o máximo que se pode almejar em novembro. Resta ver se as forças que levaram Obama ao governo, em 2009, voltarão a campo ou se deixarão abater pela frustração. ★

***Breno Altman** é jornalista, diretor de redação do sítio Opera Mundi (operamundi.com.br) e da revista Samuel (revistasamuel.com.br)

Retomar a perspectiva socialista e democratizar a CUT!

*Leandro Eliel**

A estratégia formulada pelo setor majoritário tem como limite estratégico o nacional-desenvolvimentismo, tendo o pacto social como dinâmica central

Entre os dias 7 13 de julho cerca de 2500 delegados/as seencontrarão no 11° Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores(CONCUT) para definirem os rumos da maior central sindical do país para ospróximos três anos. Na pauta, além da conjuntura internacional e nacional, estará no centro do debate a estratégia, a reforma estatutária e o plano de lutas.

O tema do Congresso é a "Liberdade e Autonomia Sindical:democratizar as relações de trabalho para garantir e ampliar direitos". OBrasil é um dos poucos países que não assinaram a Convenção 87 da OIT, que garante a liberdade e autonomia do movimento sindical para definir sua própria organização. Ainda vivemos sob uma estrutura que atrela o reconhecimento e a organização sindical ao Estado, que não permite que a própria classe trabalhadora decida como organizar seus instrumentos de luta e suas formas de financiamento, como se dá, por exemplo, com o monopólio da representação sindical (a unicidade sindical) e com o imposto sindical compulsório.

Com o reconhecimento oficial das centrais sindicais, com a manutenção dessa estrutura sindical e com divergências reais existentes no interior da CUT, variados setores decidiram construir outras centrais sindicais. De um lado é positivo que o movimento sindical tenha liberdade de escolher suas próprias formas de luta e conquiste o direito oficial de representação, por outro lado, a fragmentação dos setores combativos do movimento sindical não pode ser comemorada, ainda mais tendo o imposto sindical como fator motivador desse processo, como foi o caso da construção da CTB. Além disso, com o aparelhamento do Ministério do Trabalho pela Força Sindical, essa estrutura oficial arcaica se reforçou. Nesse sentido, a campanha da CUT pelofim do imposto sindical e pela ratificação da Convenção 87 ganha ainda maisimportância.

Se nessa temática a unidade é garantida entre as diversas correntes internas da CUT, outros temas não serão. Destacamos duas questões fundamentais que o setorial sindical da Articulação de Esquerda apresentou nos congressos estaduais e que são divergentes: estratégia geral formulada pela Artsind com apoio da CSD e a questão da democracia interna.

A estratégia formulada pelo setor majoritário tem como limite estratégico o nacional-desenvolvimentismo, tendo o pacto social como dinâmica central, vide as inúmeras manifestações e ações conjuntas com o patronato nadefesa da economia nacional, na isenção de impostos e outras medidas de "proteção"do emprego. Não desconsideramos que a busca por um ambiente nacional-desenvolvimentista seja muito mais positivo que o neoliberal, mas ele é insuficiente para resolver as contradições sociais do capitalismo. Tratando-sede uma formulação estratégica de uma central sindical com a história da CUT, é preciso implementar uma estratégia de desenvolvimentismo democrático-popular, que articule reformas estruturais com o objetivo de construir outra forma de organização social, a sociedade socialista como transição para uma sociedade que acabe com a exploração da força de trabalho, com a propriedade privada dos meios de produção, com as classes sociais e com o Estado. Isso não passa pelo horizonte da Artsind nem da CSD (que muitas vezes se coloca à direita da própria Artsind).

Outra questão divergente é sobre a democracia interna da CUT, que não permite que as correntes minoritárias se expressem com autonomia, pois os estatutos da CUT exigem uma cláusula de barreira de 20% dos votos para aprovação de emendas e de eleição de chapas em suas instâncias, em todos os níveis. Defendemos que as forças existentes no interior da CUT estejam representadas nas suas instâncias de acordo com o seu real tamanho. Tendo como exemplo o atual formato da executiva nacional, 5% dos votos seriam suficientes para eleger 1 membro para a executiva, o que consideramos razoável em termos de representatividade. Permanecendo essa barreira excludente de 20%, e tendo o monopólio quase exclusivo de determinação da composição da direção e do debate programático, a Artsind transfere para seu interior as divergências que deveriam ser tratadas no próprio Congresso, só que isso acontecesse de forma despolitizada e fisiológica, pois a luta interna se resume apenas à divisão de cargos. Além disso, também defendemos a adoção de repasse financeiro progressivo dos sindicados para a CUT, ou seja, quem temmais paga mais, tem menos paga menos.

Retomar a perspectiva socialista e democratizar a CUT! Esses são os lemas do setorial sindical da AE para o 11º CONCUT. ★

***Leandro Eliel** é militante do PTCampinas e assessor sindical

Dudu fala

Professor de história, dirigente do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Sergipe, o SINTESE, e do Partido dos Trabalhadores, o atual presidente da Central Única dos Trabalhadores em Sergipe, Rubens Marques de Sousa, o Dudu, faz uma análise dos três anos de sua gestão (2009-2012), e traça os principais desafios para a CUT de Sergipe nos próximos anos

***Página 13:* Rubens Marques, sua gestão foi marcada por uma conjuntura política muito complexa. Se por um lado se consolidava no Brasil e em Sergipe governos do campo democrático e popular, por outro o universo sindical assistiu uma série de ações de ataques aos direitos dos trabalhadores e de organização sindical. Como a CUT Sergipe agiu diante dessas questões, em relação a sua autonomia na defesa da classe trabalhadora**?

Dudu: Para a CUT Sergipe isso foi muito tranquilo. Independente de serem governos do campo democrático e popular a CUT manteve a sua toada. Nós conseguimos ao longo deste mandato dar prova que a opção da nossa Central é lutar pelos trabalhadores. Foi assim em relação a Fundações Públicas de Direito Privado implantados no governo Déda, na discussão sobre a retomada da Mesa de Negociação com os servidores públicos, e quanto à quantidade de cargos comissionados na estrutura do Estado, com o grande ato que fizemos contra a criminalização das greves por parte do Judiciário. Nacionalmente a CUT também vem atuando de forma visível a favor da classe trabalhadora, a luta pelo fim do fator previdenciário é uma prova disso. Portanto, provamos, tanto em Sergipe quanto em nível nacional, que temos autonomia. Sempre disse que autonomia não se compra, não se vende, e essa é uma das grandes marcas da nossa Central.

***Página 13:* Outra questão observada é a ampliação dos limites em relação as pautas imediatas da classe trabalhadora. A CUT Sergipe conseguiu transpor a barreira e pautar questões legítimas da sociedade, por vezes utilizando elementos que dialogam com a arte e a cultura para traçar este paralelo.**

Dudu: Sim, esta é uma questão de concepção política que demos continuidade. Desde o mandato do Companheiro Antônio Góis que a CUT e não se pauta somente por questões salariais. Vimos a forte atuação da CUT quando do escândalo da Operação Navalha e assim continuamos. Por ser um professor de História, tenho muita ligação com a memória, portanto, achei de fundamental importância que a CUT se debruçasse sobre a discussão pelo Direito à Verdade e a abertura dos arquivos da ditadura. Fizemos diversas mesas com militantes políticos sergipanos da época, como Milton Coelho, Marcélio Bonfim, Wellington Mangueira e o grande filho do revolucionário brasileiro Marighella, Carlos Augusto Marighella. O nosso objetivo principal era aglutinar a juventude para este tema, e sinto que conseguimos êxito no nosso propósito.

Já na parte cultural tivemos, nessa gestão, uma maravilhosa experiência no que diz respeito à utilização da arte engajada para o processo de formação dos nossos dirigentes sindicais e da própria comunidade onde a CUT Sergipe esta sediada, foi o CineCUT. Realizada uma vez por mês, com um documentário ou filme e uma apresentação musical para dialogar com o tema escolhido, além de debates , quando possível. Essa foi uma ação que marcou a CUT nesta gestão, assim como a irreverência carnavalesca do Siri na Lata, que continuou como uma grande ação dos trabalhadores na folia de Momo.

***Página 13:* Em relação à Formação dos trabalhadores, a CUT Sergipe desenvolveu vários cursos, com diversos temas. Você avalia a formação como pilar fundamental para a ação cotidiana do dirigente sindical?**

Dudu: Para mim, todos os dias o dirigente sindical precisa fazer uma análise crítica sobre a realidade que ele está inserido, para que suas ações, de fato, possam ser transformadoras. Sem o elemento teórico sua atuação pode reproduzir o que temos como dominante, portanto, a CUT investiu muito na formação como um espaço de transformação. Na nossa gestão discutimos a questão da democratização da comunicação e como a mídia atua como aparato político da burguesia, tivemos diversos cursos sobre legislação, fomos pioneira na parceria com a Escola Nordeste de Formação cutista no sentido de trazer a Escola Móvel para o interior sergipano; firmamos outra parceria com o DIEESE, no sentido de compreender melhor como se configura o mundo do trabalho em Sergipe e no Brasil, enfim, foram ações que a CUT entendeu como central para o fortalecimento do universo sindical em Sergipe.

***Página 13:* Dudu, quais são os principais desafios para a CUT Sergipe nos próximos anos?**

Dudu: Precisamos dar cabo das questões nacionais, vocalizar mais as discussões da CUT nacional. PEC do trabalho escravo, redução da jornada de trabalho, o fim do imposto sindical, entre outras questões fundamentais para os trabalhadores, em todos os cantos do país. O outro desafio, mais de ordem interna, é o fortalecimento da CUT Sergipe a partir de um processo de conscientização do que representa a Central para o universo sindical. Os sindicatos e seus dirigentes precisam compreender melhor o espaço da Central e fortalecê-la. É na CUT que travamos as lutas por todas as categorias, pelo conjunto dos trabalhadores, e precisamos ter a compreensão que isso é fundamenal para a nossa luta maior, que é a transformação social. Não podemos perder de vista a sociedade com um todo, senão, vamos para a luta fragmentada e meramente coorporativa.★

Entrevista feita por Ana Carolina Westrup, comunicadora e militante da AE/SE

A Universidade precisa mudar!

A greve é um direito legítimo dos trabalhadores e trabalhadoras. Por isto, conscientes dos transtornos e prejuízos para a comunidade acadêmica, apoiamos e entendemos como legítimo o movimento grevista nas universidades

Jonatas Moreth e Diego Pitirini***

Nas últimas semanas, de Norte a Sul, no interior e nos grandes centros, Universidade atrás de Universidade realizou assembléia e entrou no movimento grevista nacional. Os números são surpreendentes: 48 ou 72% das Universidades com seu corpo docente de braços cruzados.

A greve é um direito legítimo dos trabalhadores e trabalhadoras. Por isto, mesmo conscientes dos transtornos e prejuízos para a comunidade acadêmica, apoiamos e entendemos como legítimo o movimento grevista. As principais reivindicações dizem respeito a questões salariais, a condições de trabalho e à reestruturação do plano de carreira.

Na pauta salarial, os docentes exigem a implementação do reajuste acordado em agosto do ano passado, que estabelece um aumento de 4% na folha de pagamento. Há um descontentamento no que se refere aos adicionais por insalubridade e periculosidade. O fato de hoje esses adicionais serem pagos em percentuais e o governo prever que passarão a ser pagos em valores fixos levará, com o passar dos anos, a uma perda de valor aquisitivo.

Em relação às condições de trabalho, muitos dos novos cursos do REUNI e/ou das extensões e de novas universidades federais não têm ainda a devida qualificação física e pessoal. Faltam professores, estrutura física e, em relação aos estudantes, RUs e Casas do Estudante. Em síntese, as obras não acompanharam o ritmo de expansão das Universidades decorrentes do REUNI. A outra reivindicação vem no sentido de cobrar o cumprimento dos prazos estabelecidos ano passado para os trabalhos da reestruturação do Plano de Carreira.

A FASUBRA – Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores das Universidades Públicas Brasileiras - tirou indicativo de greve dos servidores técnico-administrativos a partir do dia 11 de Junho, com chances de ser antecipado. Já os estudantes estão em processo de mobilização. Em 14 Universidades os estudantes já entraram em greve estudantil, e várias assembléias já estão agendadas.

Este clima de mobilização nas Universidades expressa as contradições e desconfortos gerados pela forte expansão que vivenciamos. São reinvidicações pertinentes e que precisam ser rápida e eficientemente respondidas pelo Governo Federal. O Governo Dilma tem afirmado não ter dinheiro para garantir o plano de carreira que os professores querem, reestruturar o quadro de técnicos e não consegue construir infraestrutura no ritmo das necessidades da abertura de vagas em curso.

Em nossa avaliação, resolver o problema do financiamento é possível, desde que se invertam algumas prioridades. É necessário fazer uma profunda reforma tributária, que inclua a taxação das grandes fortunas e a progressividade nos impostos, além de diminuir o aporte gasto com o pagamento da dívida e consolidar a redução de juros, além de destinar 10% do PIB para educação até 2020.

Foto: Rodrigo Juste Duarte

Mas não podemos ficar por aí. Compreendemos que o momento é de mobilização e unidade entre as categorias por uma Universidade Democrática e Popular, para além das pautas corporativistas e de financiamento.

Ademais, garantir o acesso e a permanência na Universidade não garante as profundas transformações necessárias. O ensino, a pesquisa e a extensão também precisam ser repensados e reconstruídos. O ensino deve ter um caráter libertador, que saía da lógica de educação bancária que torna os estudantes meros espectadores, "alunos" que vão às salas de aula para receber dos/as professores/as à "luz do conhecimento" formatado de acordo com os moldes do mercado.

A pesquisa deve sair da lógica produtivista e mercadológica, voltando-se ás reais demandas da sociedade, servindo como uma ferramenta de transformação. E só é possível conhecer essas demandas junto às comunidades. Por isso, a extensão deve ser muito mais valorizada do que é hoje. Uma universidade pública é um bem de toda a sociedade e deve servir a ela como um todo. Assim, a extensão deve servir como uma forma de retorno à sociedade, uma vez que o acesso ao Ensino Superior ainda é um privilégio. ★

***Jonatas Moreth** é estudante de Serviço Social da UnB e 3º Vice-Presidente da UNE.
****Diego Pitirini** é estudante de Agronomia da UFSM e membro da Coordenação Nacional da FEAB

Por que ser Vadia?

A Marcha das Vadias é um movimento que vai às ruas para questionar o papel que nos é colocado enquanto mulheres. A palavra vadia, tantas vezes usada para ofender e machucar, hoje passa por uma ressignificação, estratégia essa usada pelo movimento

*Gil Piauilino**

Em janeiro de 2011, na Escola de Direito Osgode Hall em Toronto no Canadá, um policial ministrava uma palestra sobre segurança para as/os estudantes. Em determinado momento da palestra disse: "As mulheres devem evitar vestir-se como vadias, para não se tornarem vítimas de ataques". Logo depois as estudantes saíram às ruas em protesto contra o discurso de culpabilização das vítimas de violência sexual e de qualquer outra forma de violência contra as mulheres. Foi a primeira *Slut Walk*, logo depois a manifestação ocorreu em mais de 10 países.

No Brasil, traduzindo a *"Slut Walk"*, a Marcha das Vadias reuniu na capital federal, segundo as organizadoras, 4 mil mulheres, homens e crianças marchando pelo fim da violência contra a mulher. A manifestação ocorreu simultaneamente em mais de 15 cidades e ainda tem outras agendadas.

A violência contra a mulher assume as mais variadas formas e justificativas, quantos e quantas não se pegaram dizendo ou pensando "Mas também com aquela roupa..." "Beber que nem homem dá nisso!". O comportamento da mulher sempre foi vigiado pela Igreja, pelo Estado, pelos pais, pelo tio, pelo irmão mais velho, pelo namorado. Esses últimos reproduzem a moral vigente, como se a forma mais justa de nos relacionarmos fosse à subjugação de um ser pelo outro. Não importa quem sustente a casa, não importa em que grau na relação de poder a mulher se encontre, a vigilância predomina. Segundo a pesquisa Mulheres Brasileiras nos Espaços Público e Privado da Fundação Perseu Abramo/SESC, uma em cada cinco mulheres consideram já ter sofrido alguma vez "algum tipo de violência de parte de algum homem, conhecido ou desconhecido". Dessas mulheres 24% já sofreram algum tipo de controle ou cerceamento.

A nossa sociedade marcada pelo patriarcado exerce em sua relação uma moral burguesa, que perpassa pelo homem o poder de mando e desmando nas relações familiares, o colocando em uma posição superior em relação à mulher, que lhe permitia em âmbito privado, não ter suas atitudes questionadas.

Ainda concedida tanto por autoridades religiosas que compactuam com essa dominação, quanto pelo modelo de sociedade conservadora que temos e o seu modo de

Foto: Alexandre Martins

produção, essa lógica acaba por estimular a hierarquia que promove a desigualdade entre homens e mulheres.

Depois de muita luta, o que era de caráter privado, vem se tornando também de esfera pública com leis específicas que visam proteger as mulheres, tendo a Lei Maria da Penha como a principal delas. Atualmente o Governo Brasileiro por meio da SPM - Secretaria de Políticas para as Mulheres visa atender as essas e outras demandas que perpassam pelo recorte de gênero. Também o Movimento de Mulheres exerce um papel fundamental de pressionar e por vezes pautar a que lógica as políticas devem ser concebidas, visando sempre a autonomia da mulher e, com isso, sua emancipação.

Os números revelam que lógica de sociedade vivemos: segundo o Relatório Anual de 2011 do Centro de Atendimento à Mulher - Ligue 180, 93% das ligações era relatos de violência doméstica e familiar; 72% dos casos são acometidos por companheiros e cônjuges das vítimas.

Devemos mudar essa nossa cultura conservadora e machista que ditam regras sociais, abrindo espaço para todo e qualquer tipo de violência contra a mulher. Devemos nos espaços privados começar a repensar qual papel você exerce e quais atitudes são reproduzidas. Temos que questionar, desconstruir, não encarar como natural que a figura feminina sempre está numa relação de desvantagem, o social é construído e o acaso não tem vez nas relações de poder.

A Marcha das Vadias é um movimento que vai às ruas para questionar o papel que nos é colocado enquanto mulheres. A palavra vadia tanta vezes usada para ofender e machucar, hoje passa por uma ressignificação, estratégia essa usada pelo movimento. Porque somos chamadas de vadias a todo o momento, seja diretamente quando falamos sim e o sexo rola, seja quando dizemos não e o ego masculino fica ferido. Somos chamadas de vadias se exercemos a nossa sexualidade livremente, tal qual o homem exerce. Somos chamadas de vadias se usamos um decote, uma saia, uma roupa justa enquanto essa vigilância sobre os corpos não é voltada em nenhum grau ao homem. Somos chamadas de vadias por transar com quem e quantos quisermos, vestir o que quisermos, nos comportar da maneira que mais nos agrada, somos chamadas de vadias por queremos ser livres. Se ser livre é ser vadia, somos todas Vadias!

***Gil Piauilino** é estudante de serviço social da UnB e militante do PT/DF

Os limites do capitalismo verde

*Wanderson Mansur**

Tendo em vista o contexto de crise sistêmica do capitalismo, espera-se poucos avanços e compromissos da Rio+20. Na verdade, a crise é mais um pretexto para que o capitalismo reafirme sua flexibilidade e aproveite esse momento como mais uma oportunidade para se desenvolver e manter sua hegemonia

A questão ambiental tem se apresentado como uma das mais prementes do momento histórico que atravessamos, sua problemática tem lançado incertezas sobre o futuro e colocado em xeque o atual modo de vida – baseado no consumismo e na descartabilidade.

A continuidade desse modelo tem sido questionada, principalmente pela finitude dos recursos naturais - antes tidos como inesgotáveis, e que agora mais do que qualquer outra idéia ou ideologia tem se colocado como um entrave objetivo na reprodução do capitalismo e sua sociabilidade consumista.

O atual momento de crise, protagonizado por catástrofes ambientais e mudanças climáticas, indicando alterações profundas da Terra, em resposta às ações degradantes imprimidas pela humanidade e seu modelo hegemônico de desenvolvimento.

Há uma crença na possibilidade irrefreável de um desenvolvimento progressivo e linear das forças produtivas, embora a natureza demonstre sinais de esgotamento. O modelo não é revisto ou mesmo questionado como sendo insustentável para as futuras gerações, ao contrário, o esforço é para demonstrar que o atual estágio de desenvolvimento é capaz de produzir por si a saída.

Num mundo permeado pela técnica, pelos meios informáticos e de comunicação global, a saída não poderia advir de outro lugar senão da tecnologia, cada vez mais vista como o agente capaz de mitigar os impactos gerados pelo modelo predatório em curso.

Como os países não querem rever seus índices de emissão de gases de efeito estufa, a alternativa encontrada por eles para frear as mudanças climáticas provém de pesquisas científicas nas áreas de geoengenharia e nanotecnologia, que mais se parecem experimentos de filmes de ficção científica. Trata-se de processos de intervenção humana no clima por meio de tecnologias capazes de alterar o ambiente planetário a partir de aspectos físicos, químicos ou biológicos do ecossistema global.

A saída tecnológica divide opiniões. De um lado, a comunidade científica que tem se colocado favorável a esse tipo de alternativa, e do outro, ambientalistas veementemente contrários a tais idéias, por alegarem que não existem estudos científicos confiáveis capazes de assegurar a eficácia desse tipo de intervenção, e ainda alertam sobre os impactos irreversíveis, caso fossem implantados.

Os principais argumentos dos ambientalistas contrários a tais práticas residem no fato de que a manipulação da natureza em grande escala segue desconhecida, e podem representar um risco à biodiversidade; os projetos são caros, orçados em bilhões de dólares e tem sido vistos como dispositivos utilizados por governos para deixar de tomar as medidas necessárias para a diminuição efetiva da diminuição das emissões de carbono na atmosfera.

Esse é apenas um prelúdio do que serão as discussões da Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, a ser realizada em junho, na cidade do Rio de Janeiro.

Tendo em vista o contexto de crise sistêmica do capitalismo, espera-se poucos avanços e compromissos. Na verdade a crise é mais um pretexto para que o capitalismo reafirme sua flexibilidade e aproveite esse momento como mais uma oportunidade para se desenvolver e manter sua hegemonia. A bola da vez é apropriar-se das riquezas naturais, e aproveitar o encontro global para aprofundar os mecanismos da economia verde e desenvolver um bom *business,* os famigerados “negócios verdes”.

No entanto, haverá sim espaço para discussão crítica e lúcida acerca das crises que enfrentamos. Esse espaço é a Cúpula dos Povos, que está sendo proposto por movimentos sociais e de ambientalistas e acontecerá paralelamente ao evento oficial. Com o lema, “Venha reinventar o mundo”, eles pretendem debater as causas estruturais da atual crise civilizatória.

A pergunta que fica é a seguinte: é possível desenvolvimento sustentável no capitalismo? Creio que sustentabilidade e capitalismo são termos diametralmente opostos e que a resposta mais concreta e radical, tanto à crise financeira, quanto a crise ambiental, seria o ecossocialismo, fundado não mais numa divisão binária-cartesiana entre homem e natureza, mas num modelo de sociabilidade onde os seres humanos não são vistos como hierarquicamente superiores as demais formas de vida, e onde a produção de valores de uso estaria a serviço da satisfação das necessidades sociais e a preservação do meio ambiente. ★

***Wanderson Mansur** é jornalista e militante do AE/PT no Espírito Santo

O fim de um ciclo

*Pedro Vasconcellos**

Iniciamos, portanto, uma intervenção mais à esquerda na Cultura, que pode servir como um elo importante de retomada do PT com sua história e com sua base social militante. Sem esquerdismo, nem romantismo, mas com muita convicção ideológica e esperança no futuro

O IV Encontro Nacional de Cultura do PT ocorreu em São Paulo nos dias 28 e 29 de abril de 2012. Contou com a presença de 198 delegados, de 22 estados. Mobilizou mais de dois mil militantes da cultura de todo o Brasil. Este Encontro, depois de 10 anos de fundação da Secretaria Nacional de Cultura do PT, marca o fim de um ciclo, e o início de outro.

O ciclo que se encerra, foi de organização partidária em todos os estados, de organização dos petistas da cultura nos debates nacionais, nas Conferências de Cultura Brasil afora, nos movimentos sociais da cultura, nos Fóruns de Secretários de Cultura dos Estados e das Capitais, na construção de um marco conceitual e programático importante para os Governos Lula e Dilma . Esse ciclo culmina com a eleição da Presidenta Dilma e com indicação de Ana de Hollanda ao MinC.

O novo ciclo que se inicia, começa com o desafio de fazer o nosso governo **cumprir as 53 metas do PNC**, agora já transformado em lei. De reorganizar a gestão do Ministério para o cumprimento dessas metas, de incorporar na luta política atual o tema da **cultura digital como estratégico**. Precisa dar conta de fazer com que o PT veja a Cultura como um **tema central da disputa de hegemonia**, precisa elevar o tema do **acesso à cultura** ao centro da nossa atuação em todas as frentes: partido, parlamento, governos, movimentos sociais e internet. Precisa sobretudo, entender que através da cultura, da educação e da comunicação é que vamos disputar nossa visão de mundo nesta gigantesca classe trabalhadora brasileira que melhorou de vida, pois a pesquisas já apontam que mais poder de consumo, está significando mais consumismo e individualismo. O que resultará em mais conservadorismo, moralismo, e violência na sociedade brasileira.

A polarização se acirrou

Estavam em disputa neste encontro visões distintas sobre o partido e sobre a política mais geral. De um lado estavam aqueles que têm defendido a secundarização do debate político, o rebaixamento programático e uma visão governista despolitizada, onde qualquer tipo de crítica é rapidamente taxada de "esquerdismo estéril", como se não tivéssemos noção da difícil realidade que nos cerca.

Do outro lado estavam aqueles que como nós, defendem um partido militante, democrático e socialista. Que querem fortalecer a elaboração política como alternativa para o desfio atual. Que querem que o PT possa efetivamente estar conectado as pautas dos milhares de militantes da cultura brasileira, nas discussões centrais da conjuntura. Aqueles que enxergam a cultura como espaço privilegiado para o fortalecimento da diversidade e da pluralidade de idéias dentro do partido.

Vencemos na disputa de chapas por 98 votos a 89, e elegemos o companheiro Edmilson Souza para Secretário Nacional por 93 a 89. Edmilson é professor, foi secretário de Cultura de Guarulhos e é vereador. Nossa Chapa "O PT a serviço da Diversidade Cultural" reuniu um conjunto de militantes independentes e aglutinou diversos setores do partido.

Nós da AE atuamos ativamente na construção da chapa, na elaboração da tese, de emendas e moções, participamos de todos os debates do encontro, elegemos companheiros para coletivos estaduais em SP, PB, PE, PR e somos a maior força do setorial no RS, onde coordenaremos a gestão por dois anos.

Influenciamos na aprovação de resoluções sobre os desafios do Ministério: *O MinC deve retomar os debates sobre a questão do financiamento público conforme os debates promovidos na apresentação do Pró-cultura ao Congresso Nacional e aprovado na II Conferencia Nacional de Cultura, é necessário enfrentar com clareza esse tema pois sem financiamento publico não será possível promover a diversidade cultural brasileira e o acesso a cultura. Não enfrentar esse desafio apenas favorece o mercado e praticas neoliberais, e o fato é que este é um tema que o MINC não tem enfrentado. Em relação a reforma da Lei dos Direitos Autorais não pode o Ministério da Cultura ter uma postura conservadora. A SNCULT cabe promover amplo debate sobre a temática e criar fóruns para debater e tomar posição sobre a questão dos direitos autorais. Precisamos fortalecer cada vez mais os meios digitais e as licenças Creative Commons como forma de democratização do acesso à cultura."*

Iniciamos, portanto, uma intervenção mais à esquerda na Cultura, que pode servir como um elo importante de retomada do PT com sua história e com sua base social militante. Sem esquerdismo, nem romantismo, mas com muita convicção ideológica e esperança no futuro. ★

---

*Pedro Vasconcellos integra o coletivo da Secretaria Nacional de Cultura do PT

Futuro sombrio

*Ricardo Menezes**

Usando como instrumento de discussão com variados setores petistas o documento intitulado *Defender a vida, ampliar os recursos, reverter a privatização, implantar o SUS*, logramos ampliar a discussão sobre o desmonte do Sistema Único de Saúde – SUS para além do campo da esquerda partidária

Em vários Encontros Setoriais estaduais, as resoluções refletiram, com maior ou menor intensidade, preocupações das bases petistas quanto ao sombrio futuro que se anuncia para o SUS, caso não haja reversão do processo em curso por meio da ação de pujante arco de forças sociais e políticas, no qual o PT seja um dos protagonistas centrais, que defenda efetivamente um Sistema de Saúde nacional, público e universal.

É fundamental imprimir uma dinâmica de atuação no Setorial Nacional da Saúde do PT referenciada politicamente no programa partidário, garantindo que essa instância partidária seja interlocutora altiva junto a presidenta Dilma Rousseff, ao Ministério da Saúde, ao movimento sindical, aos movimentos sociais, enfim, à sociedade brasileira

Debate e unidade

Duas candidaturas a coordenador e três chapas foram inscritas no Encontro do Setorial Nacional da Saúde. Candidatos: Conceição Rezende (MG), coordenadora do Setorial da Saúde que pleiteava a reeleição e Francisco Batista Júnior (RN), sindicalista e ex-presidente do Conselho Nacional de Saúde. Chapas: a) *Saúde não tem preço! 10% essa luta é nossa!*; b) *Defender a vida, ampliar os recursos, reverter a privatização, implantar o SUS* e c) *Pautando o SUS no PT*.

A chapa *Saúde não tem preço! 10% essa luta é nossa!* apoiava a candidata a reeleição e seu núcleo político assentava-se na CNB, Mensagem e outros. A começar pelo nome dado à chapa denotava-se um ligeiro, porém importante, giro à esquerda na defesa do SUS. Demais não é lembrar que, poucos meses antes do Encontro do Setorial Nacional da Saúde, o PT apoiou o veto dos ministros do Planejamento e da Fazenda do governo Dilma e, no Congresso Nacional, votou contra a aprovação de dispositivo legal que instituía a alocação anual obrigatória na Saúde de 10% das receitas correntes brutas da União.

A chapa *Defender a vida, ampliar os recursos, reverter a privatização, implantar o SUS*, apresentada pela AE e composta por companheiros/as do Rio Grande do Sul, São Paulo e Brasília, apoiava o candidato Francisco Batista Júnior.

A chapa *Pautando o SUS no PT* apoiava o candidato Francisco Batista Júnior e seu núcleo político assentava-se nos integrantes do recém-eleito Coletivo do Setorial Estadual da Saúde do Rio de Janeiro, combativos companheiros/as defensores do SUS previsto na norma constitucional.

De 57 delegados/as eleitos em 15 Encontros de Setoriais Estaduais da Saúde válidos, compareceram 46 delegados/as.

Depois da defesa das teses a palavra foi aberta aos militantes presentes no Encontro. Durante o debate foi apontado que eram exíguas as divergências de fundo entre as proposições das chapas, o que justificaria discutir uma chapa unitária.

O núcleo político da chapa majoritária (CNB, Mensagem e outros) propôs, então, a unificação das teses e a fusão das três chapas, porém atreladas a reeleição da coordenadora do Setorial Nacional da Saúde.

Diante de tal proposição avaliou-se que, ao longo do processo, conseguiu-se semear o debate, estimular a análise crítica no interior do PT acerca dos gravíssimos obstáculos antepostos à implantação do SUS e, ainda, chamar a atenção para a necessidade de enfrentar politicamente a parcela do petismo anti-SUS. Assim, foram aceitos os termos do acordo.

O Encontro do Setorial Nacional da Saúde do PT de 2012 resultou, portanto, na eleição de Coletivo do Setorial integrado por militantes das três chapas a princípio inscritas. A chapa apresentada pela AE indicou para o Coletivo Silvia Vasques (RS), titular, e Ricardo Menezes (SP), suplente, e a chapa *Pautando o SUS no PT* indicou Francisco Batista Júnior (RN), titular. Foi reeleita coordenadora a companheira Conceição Rezende (MG).

Conclusão

Para a reversão do sombrio futuro que se anuncia para o SUS, é indispensável que os militantes da AE, bem como todos os petistas defensores do SUS previsto na norma constitucional, continuem se empenhando para participar dos Setoriais Estaduais da Saúde do PT que estejam funcionando regularmente e insistam para reorganizar os que estejam desativados.

Por outro lado, é fundamental imprimir uma dinâmica de atuação no Setorial Nacional da Saúde do PT referenciada politicamente no programa partidário, garantindo que essa instância partidária seja interlocutora altiva junto a presidenta Dilma Rousseff, ao Ministério da Saúde, ao movimento sindical, aos movimentos sociais, enfim, à sociedade brasileira. ★

---

* **Ricardo Menezes** é médico sanitarista e militante do PT de São Paulo.

Forte e democrático

*Rubens Xavier**

O Encontro Nacional do Setorial de Esporte e Lazer do PT teve a participação de 107 delegados de seis Estados, (DF/MS/SP/PE/AM/RJ).

No primeiro dia foi apresentado um balanço da gestão que se encerrava e debatidas as duas teses inscritas, que após um amplo debate foi feito um acordo para fusão de ambas.

Em síntese foram aprovadas as diretrizes políticas que devem orientar o Setorial Nacional para os próximos quatro anos:

1 - Esporte e Lazer são direitos sociais fundamentais para a socialização e humanização das novas gerações e devem ser abordados na totalidade das relações sociais.

O principal objetivo do Setorial é solidificar uma proposta política abrangente, diversificada e democrática a partir da contribuição dos diferentes segmentos sociais e partidários, e assim legitimar as diretrizes para ações de movimentos reivindicatórios e de políticas públicas.

2- Envidar esforços, durante a vigência desse novo mandato das Coordenações Estaduais e da Coordenação Nacional (2012-2016) para que acumulemos força política e representativa, no interior do Partido, para que possamos sair da condição de um Setorial para o patamar político de uma Secretaria Nacional de Esporte e Lazer.

3 - Se antes o grande desafio era dar visibilidade ao tema *esporte e lazer* e inseri-lo na agenda nacional, hoje o que se coloca é a tarefa de aprimoramento do trabalho já realizado, da proposição de novas iniciativas e do fortalecimento institucional na questão do *esporte e lazer*. Se antes beirávamos a inexistência de órgãos de esporte e lazer nas esferas estaduais e municipais hoje, a tarefa é ampliar esse quadro e qualificar as gestões.

É fundamental que prefeitos/as e vereadores/as petistas que sairão das urnas nos municípios em 2012 levem em contas os seguintes pontos para a estruturação do Esporte e Lazer: a) criando órgãos responsáveis pela gestão de Esporte e Lazer; b) criando as condições necessárias para práticas de atividades físicas em espaços adequados; c) garantindo o acesso ao lazer, em suas diferentes manifestações, em todas as faixas etárias, contemplando as diversidades e especificidades locais, com o fomento e o desenvolvimento de políticas de Lazer; d) apliquem no mínimo 1% do orçamento público; e) desenvolvam programas para democratização do esporte e do para-esporte; e) participação popular na definição das diretrizes e implantação dos programas de esporte e lazer.

No último dia do Encontro, aconteceu a votação das duas chapas que estavam escritas. O resultado da eleição só foi divulgado após a abertura das urnas pelo no âmbito do Diretório Nacional, devido impugnação da delegação de São Paulo.

A Chapa *Por um Setorial Forte, Democrático e com Representatividade Política* da qual fizemos parte atingiu 75,31% dos votos e indicou 08 membros do Coletivo. Já a Chapa *Se o presente é de luta, o Futuro nos Pertence atingiu* 24.69% dos votos, e indicou 02 membros do Coletivo. Foi eleito Eduardo Granja de Pernambuco como Coordenador Nacional para os primeiros 2 anos e Jose Ribamar do Rio de Janeiro para os dois últimos anos. ★

O principal objetivo do Setorial de Esporte e Lazer é solidificar uma proposta política abrangente, diversificada e democrática a partir da contribuição dos diferentes segmentos sociais e partidários, e assim legitimar as diretrizes para ações de movimentos reivindicatórios e de políticas públicas

---

***Rubens Xavier Martins** é professor de educação física da Prefeitura Municipal de Diadema (SP) e integra a Comissão Nacional do Setorial de Esporte e Lazer do PT

Combate ao racismo: os desafios continuam!

*Helbson de Avila**

Com a participação de aproximadamente 300 militantes, entre delegados, convidados e observadores, o encontro nacional de combate ao racismo reuniu-se na capital pernambucana nos dia 26 e 27 de maio! Apesar de ser um importante momento para o setorial, ao final reduzido a momento de eleição da nova coordenação nacional, percebemos uma falta de sintonia com os dirigentes da instância do governo federal que foi resultado do trabalho da militância negra desde a criação do próprio partido: a SEPPIR. Também não se fez presente nenhuma representação da Fundação Palmares.

A ausência dos dirigentes da SEPPIR foi questionada por diversos militantes presentes no encontro. Demonstra por um lado a ausência de dialogo da secretaria para com os que atuam no órgão e, por outro lado, a falta de respeito e consideração dos dirigentes petistas daquele órgão para com a secretaria. Em todo caso, ficou evidente a fragilidade e inconsistência da gestão reconduzida pelo encontro.

A renovação do mandato da secretária nacional Cida Abreu se deu sob forte indício de desrespeito à militância histórica do PT, sobretudo dos envolvidos diretamente nos vários movimentos sociais. Ou seja, a base eleitoral que votou nela foi um setor com baixo acúmulo político ideológico e com baixa ou nenhuma participação nos movimentos sociais, sobretudo no movimento negro.

Também concorreu a ex-ministra Matilde Ribeiro, também integrante da tendência Construindo um Novo Brasil. Matilde e seus apoiadores sofreram uma derrota eleitoral interna que, certamente repercutirá para fora do partido, sobretudo por conta do que seu nome representou dentro do governo. Cabe a ela e seus pares fazer a devida avaliação, levando em conta a degeneração política ideológica para onde caminham as relações internas do PT.

Nós da Articulação de Esquerda inscrevemos uma chapa própria, mas indicamos o voto na companheira Matilde Ribeiro, depois de um amplo debate que avaliou não somente sua passagem pela SEPPIR, como também sua trajetória política dentro e fora do PT.

Nós da Articulação de Esquerda inscrevemos uma chapa própria, mas indicamos o voto na companheira Matilde Ribeiro, depois de um amplo debate que avaliou não somente sua passagem pela SEPPIR, como também sua trajetória política dentro e fora do PT

As alterações realizadas no Estatuto do PT trouxeram uma nova dinâmica nas eleições para a secretaria, dinâmica que poderia ser positiva, se impedisse a prática do voto sem discussão política. O que parece não ter ocorrido, pois vimos estados sem tradição de participação neste setorial elegerem delegações em número considerável, como foi o caso de Pernambuco, de onde vieram 43 delegados nacionais. Números equivalentes foram registrados em outros estados da região norte e nordeste.

O coletivo nacional ficou constituído da seguinte forma: com 146 dos 235 votos, a chapa da CNB encabeçada pela Cida Abreu terá 6 membros; com 35 votos, a chapa da DS terá 2 membros; a chapa encabeçada por Matilde (CNB/Mensagem/EPS) obteve 42 votos e elegeu os outros 2 membros do coletivo.

Para o cargo de secretária/o, os números foram: 1 voto em branco; 4 votos em Zé de Oliveira; 37 votos em Ney (DS); 50 votos em Matilde Ribeiro; e 160 votos em Cida Abreu.

Esses números dão certa tranquilidade para a CNB como um todo, pois a soma dos dois setores (Matilde e Cida) totaliza 80% do coletivo. ★

***Helbson de Avila** foi delegado ao encontro setorial nacional

JUVENTUDE

Trabalho de base

A Juventude da Articulação de Esquerda (JAE) produziu uma cartilha sobre trabalho de base no movimento estudantil. Este é um documento que busca sintetizar a experiência acumulada pela militância da tendência neste movimento social ao longo de muitos anos.

Obviamente, por se tratar de uma síntese, não engloba a totalidade de questões referentes a ação política dos estudantes nas escolas e universidades. Contudo, aborda elementos que consideramos fundamentais para subsidiar a intervenção de estudantes filiados e não filiados ao PT que militam ou tem referência na AE.

Apesar de conter diversas sugestões e orientações, algumas com certo nível de detalhamento, os leitores não vão encontrar neste livreto um manual de como fazer movimento estudantil. As tentativas de transpor para uma realidade específica métodos de trabalho e propostas formuladas e implementadas em contextos diferentes demonstram-se, via de regra, pouco pertinentes.

O que buscamos é estimular a reflexão crítica a respeito da prática política cotidiana, tornando a militância estudantil mais preparada para analisar os cenários e definir suas próprias formas de organização coletiva e ação transformadora.

Além da divulgação em formato digital nas mídias sociais, a cartilha será distribuída em formato impresso para os militantes que têm referência em nossa política e para os estudantes que demonstrarem interesse em participar do movimento. Sempre que possível, devemos realizar lançamentos da cartilha nas escolas e universidades. ★

Rodrigo Cesar, estudante de história na Unifesp e membro da Coordenação Nacional da JAE

Olívio, o farroupilha

O ex-governador do Rio Grande do Sul, Olívio Dutra, recebeu no dia 17 de maio a Medalha do Mérito Farroupilha. A maior honraria do parlamento gaúcho foi proposta pelo deputado Edegar Pretto e aprovada por unanimidade, por todos os partidos da Casa. A medalha do Mérito Farroupilha é destinada a pessoas que prestaram serviços relevantes e contribuíram para o desenvolvimento econômico, social e cultural do estado.

Ao discursar para o público que lotou as galerias do teatro Dante Barone, na Assembleia Legislativa, o deputado Edegar Pretto destacou a trajetória política de Olívio Dutra e lembrou do seu protagonismo na criação de programas e projetos em benefício dos pobres e das minorias do campo e das cidades gaúchas. O parlamentar citou como exemplo da importância de seu governo para o desenvolvimento a implementação do Orçamento Participativo, a criação da Uergs, da articulação da vinda do Fórum Social Mundial para a cidade de Porto Alegre e políticas em nível nacional, quando foi ministro do governo Lula. “Olívio é uma referência para os gaúchos e para o país”, disse o deputado.

Olívio Dutra compartilhou a homenagem com milhares de lutadores e lutadoras sociais que atuaram em defesa da democracia e do desenvolvimento econômico e social do Rio Grande do Sul. Lembrou de sua juventude na cidade de São Luiz Gonzaga, de sua trajetória política sindical e da formação do Partido dos Trabalhadores no estado. Também destacou a luta da sociedade pela redemocratização do país e das conquistas sociais alcançadas com o Orçamento Participativo.

O ex-governador agradeceu a homenagem da Assembleia e enfatizou que, quando governador, sempre respeitou as decisões do parlamento gaúcho, mesmo quando adversas.

Ao discursar para o público que lotou as galerias do teatro Dante Barone, na Assembleia Legislativa, o deputado Edegar Pretto destacou a trajetória política de Olívio Dutra e lembrou do seu protagonismo na criação de programas e projetos em benefício dos pobres e das minorias do campo e das cidades gaúchas

Olívio de Oliveira Dutra nasceu na cidade de Bossoroca, no dia 10 de junho de 1941. É casado com Judite Dutra e tem dois filhos e um neto. Formado em Letras, foi funcionário concursado do Banrisul, militou no Sindicato dos Bancários de Porto Alegre, da qual foi presidente em 1975, participando de mobilizações pela redemocratização do país e da luta sindical.

Olívio foi fundador do Partido dos Trabalhadores no Rio Grande do Sul, do qual foi presidente de 1980 a 1986. Em 1982, na primeira eleição direta para governador do estado em vinte anos, foi lançado candidato pelo PT. Em 1986, eleito deputado federal constituinte com 55 mil votos, dividindo o apartamento funcional com Luiz Inácio Lula da Silva, à época também deputado pelo PT e futuro presidente do Brasil. Em 1988 Olívio Dutra venceu as eleições para a prefeitura de Porto Alegre, ocupando o primeiro mandato do PT na capital gaúcha, tornando o modelo de gestão da cidade uma vitrine do PT no Brasil, com uma política fortemente popular e iniciativas como o orçamento participativo. Em 1998, Olívio Dutra elegeu-se governador do Rio Grande do Sul. Durante o primeiro mandato do presidente Lula, o missioneiro foi ministro das Cidades. Além das caravanas de diversos municípios gaúchos, participaram da solenidade o governador Tarso Genro, o presidente nacional do PT, Rui Falcão, a ministra do Desenvolvimento Social, Tereza Campelo e representantes do Poder Judiciário, Ministério Público, Tribunal de Contas, movimentos sociais do campo e da cidade e personalidades da cultura. ★